



Prefeitura de Porto Amazonas - PR
Assistente Administrativo I

LÍNGUA PORTUGUESA

Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto	1
Ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor	5
Argumentação	5
Elementos de coesão	6
Inferências	8
Estrutura e organização do texto e dos parágrafos)	9
Som e fonema. Encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Divisão silábica	10
Ortografia oficial	12
Acentuação gráfica	21
Classes de palavras e seus empregos; Preposição	24
Sintaxe da oração e do período. Tipos de subordinação e coordenação	35
Concordância nominal e verbal	44
Regência verbal e nominal	46
Emprego de sinal indicativo de crase	48
Sentido conotativo e denotativo. Relações de homonímia e paronímia	50
Tipologia textual	52
Pontuação	53
Estrutura e processos de formação de palavras	57
Questões	60
Gabarito	72

MATEMÁTICA/ RACIOCÍNIO LÓGICO

Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições, valores lógicos das proposições, sentenças abertas, número de linhas da tabela verdade, conectivos, proposições simples, proposições compostas. Tautologia. Estruturas lógicas	1
Lógicas de argumentação	7
Diagramas lógicos	12
Operação com conjuntos	15
Cálculos com porcentagens	22
Resolução de situações-problema	24
Equações e funções matemáticas (1º grau, 2º grau, exponencial)	29

SUMÁRIO



Razão, proporção	44
Sequências numéricas	46
Análise combinatória	50
Estatística descritiva.....	54
Áreas e volumes.....	64
Questões	73
Gabarito.....	82

CONHECIMENTOS GERAIS

Noções gerais sobre história, cultura, geografia e turismo em escala municipal, estadual e nacional	1
Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde e obras públicas	9
Questões	178
Gabarito.....	184

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ética na administração pública	1
Código de ética do servidor público	2
Noções de direito administrativo: atos administrativos (conceitos, atributos, elementos ou requisitos, classificação, extinção)	6
Contratos administrativos	28
Licitação pública	54
Gestão de contratos na administração pública	75
Atendimento ao público na administração pública	83
Servidores públicos: excelência em serviços públicos.....	88
Correspondência comercial (recepção e emissão)	95
Redação oficial: características e normas da correspondência oficial (formas de cortesia, formas e expressões de tratamento, vocativos, emprego dos pronomes de tratamento e endereçamento); o padrão ofício; características e definições dos atos oficiais (alvará, ata, certidão, circular, comunicado, decreto, edital, memorando, ofício, portaria e requerimento).....	98
Noções de arquivologia: definição e função dos arquivos; princípios de arquivologia; ciclo vital arquivístico; organização e administração de arquivos; fases da gestão de documentos; métodos de arquivamento; classificação dos documentos	113
Comunicação interpessoal	116
Trabalho em equipe.....	117

SUMÁRIO



Recebimento e armazenamento de materiais.....	126
Conhecimentos básicos de informática.....	127
Questões	135
Gabarito.....	141

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





PROPOSIÇÕES

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

• Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

• Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”



Fundação do Brasil

A descoberta do Brasil ocorreu em 22 de abril de 1500, quando uma frota portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, em direção às Índias, aportou nas novas terras, iniciando o ciclo de expansão marítima de Portugal. A terra, inicialmente chamada de Terra de Vera Cruz, depois Santa Cruz, e finalmente Brasil, foi explorada com foco na concentração do pau-brasil, uma madeira avermelhada usada como corante na Europa, que deu nome ao território.

Expedições de exploração, comandadas por Gonçalo Coelho e Gaspar de Lemos, e patrulhas de defesa lideradas por Cristóvão Jacques, foram enviadas para mapear o litoral e combater invasores, especialmente franceses, garantindo assim a posse portuguesa. O sistema de feitorias, já usado nas relações comerciais na África e na Ásia, foi implantado para defesa e para o escambo do pau-brasil com os povos indígenas. A Coroa portuguesa concedeu a exploração do pau-brasil a Fernão de Noronha, que detinha o monopólio desta atividade.

Início da Colonização

A colonização efetiva do Brasil começou em 1530, com a expedição de Martim Afonso de Sousa, que trouxe o cultivo da cana-de-açúcar e a criação dos primeiros engenhos na cidade de São Vicente, no atual estado de São Paulo. Embora São Vicente tenha se destacado inicialmente, a produção de açúcar se concentrou no Nordeste, especialmente em Pernambuco, com um sistema econômico baseado em grandes propriedades (latifúndios), monocultura e trabalho escravo africano. O açúcar cultivado era destinado principalmente à exportação.

Ao lado da economia açucareira, o ciclo do gado se expandiu pelo agreste e sertão nordestino, bem como pela bacia do rio São Francisco. No século XVIII, o ciclo da mineração trouxe tona ouro e diamantes em Minas Gerais, promovendo uma ocupação mais intensa no interior. A sociedade mineradora apresentou uma diversidade maior, com a presença de comerciantes, artesões e funcionários da Coroa, contrastando com a sociedade rural açucareira.

Organização Política e Administrativa

Politicamente, o Brasil-colônia era administrado pela Coroa portuguesa. Para o comércio a ocupação, Portugal implementou, em 1534, o sistema de capitânicas hereditárias, dividindo o território em grandes lotes, concedendo a particulares para exploração e povoamento. Contudo, somente as capitânicas de São Vicente e Pernambuco prosperaram, e esse sistema foi extinto no século XVIII.

Em 1548, a Coroa criou o Governo-Geral para centralizar o controle administrativo da colônia. Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, recebeu amplos poderes e fundou Salvador, a primeira capital do Brasil, que abrigou o governo-geral até a mudança para o Rio de Janeiro em 1763. A administração local era gerida pelas câmaras municipais, compostas pelos colonos mais abastados, conhecidos como “homens bons”.

A Igreja Católica desempenhava um papel crucial, cobrando-se dos aspectos administrativos, da assistência social, da educação e da catequese dos povos indígenas. Entre as ordens religiosas, os jesuítas tiveram destaque na educação e catequese.

Invasões Estrangeiras

Durante o período colonial, o Brasil foi alvo de invasões estrangeiras, especialmente dos franceses, ingleses e holandeses. Em 1555, os franceses estabeleceram a França Antártica na ilha de Villegaignon, na baía de Guanabara, mas foram expulsos em 1567, em um confronto que envolveu Estácio de Sá, fundador do Rio de Janeiro. Entre 1612 e 1615, busquei novamente, dessa vez no Maranhão, fundando a colônia França Equinocial.



— Ética na Administração

A ética na administração é um conjunto de valores e princípios que orientam o comportamento dos gestores e da organização como um todo. Em um ambiente corporativo, a ética é essencial para garantir que as decisões sejam tomadas de forma justa, transparente e responsável. Ela vai além das regras e leis, pois está relacionada ao que é considerado correto e adequado para cada situação, independentemente de imposições externas. Com isso, a ética torna-se um guia para a construção de uma cultura organizacional íntegra e confiável, que respeita tanto os interesses dos stakeholders quanto o impacto social de suas ações.

Os princípios éticos na administração abarcam valores como transparência, integridade, justiça e respeito ao próximo. A transparência, por exemplo, diz respeito à clareza nas informações e comunicações, sejam elas destinadas aos colaboradores, aos clientes ou ao mercado em geral.

Uma administração transparente evita práticas enganosas e manipulações, promovendo confiança e credibilidade. Já a integridade refere-se à honestidade no cumprimento de compromissos e ao respeito às normas e aos contratos estabelecidos. Um gestor íntegro mantém suas promessas e assume responsabilidade por suas ações, criando um ambiente de trabalho saudável e digno. Por sua vez, a justiça está presente na equidade com que os gestores tratam seus colaboradores, assegurando que todos tenham oportunidades iguais e que as decisões sejam justas e fundamentadas.

O respeito ao próximo complementa esses princípios, ao garantir que todos os stakeholders sejam tratados com dignidade e consideração, independentemente de seu nível hierárquico ou de sua relação direta com a empresa.

Apesar desses princípios parecerem evidentes, dilemas éticos são comuns no ambiente corporativo e representam um desafio constante para os gestores. Situações como a pressão por resultados, a competitividade e as metas agressivas podem gerar conflitos entre o que é ético e o que parece vantajoso a curto prazo.

Um exemplo típico de dilema ético ocorre quando um gestor se depara com a possibilidade de aumentar os lucros mediante práticas que podem prejudicar os colaboradores, como o corte de benefícios ou a redução excessiva de custos operacionais. Embora essas decisões possam trazer ganhos financeiros imediatos, elas podem comprometer o bem-estar dos funcionários e afetar a moral e a motivação dentro da empresa.

A ética, nesse caso, age como uma bússola, orientando o gestor a avaliar o impacto de suas decisões a longo prazo e a buscar um equilíbrio entre a rentabilidade e o respeito aos direitos dos colaboradores.

Outro dilema comum diz respeito à manipulação de informações para melhorar a imagem da empresa perante o mercado e os investidores. A pressão por apresentar bons resultados pode levar alguns gestores a omitir informações negativas ou a exagerar nas projeções de crescimento e rentabilidade.

Embora essa prática possa criar uma imagem momentaneamente positiva, ela é eticamente questionável e pode prejudicar a confiança do mercado e dos acionistas, especialmente quando a realidade da empresa vem à tona. Nesse contexto, a ética exige que o gestor seja transparente e honesto, apresentando informações verdadeiras, mesmo que isso implique uma imagem menos favorável a curto prazo.

As decisões éticas também se aplicam ao relacionamento com fornecedores e clientes. Na administração, é fundamental que as relações com parceiros externos sejam justas e pautadas pela integridade. Práticas como a concessão de vantagens indevidas, a escolha de fornecedores sem critérios transparentes ou a cobrança abusiva de clientes representam atitudes antiéticas que podem comprometer a reputação da empresa e afastar parceiros valiosos.

A ética, nesse sentido, deve direcionar os gestores a adotar critérios claros e objetivos na escolha de fornecedores e no estabelecimento de contratos, assegurando que as relações comerciais sejam baseadas na confiança mútua e no benefício compartilhado.